

REVISTA **Bzzz**



ANO 9 | Nº 105 | AGO/SET 2023 | R\$ 15,00

SERIDÓ
UM TIQUINHO SOBRE
BRAVAS MULHERES

SUCESSO
PREMIADO ARQUITETO
E A AVÓ PRESENTE NA
RESISTÊNCIA A LAMPIÃO
EM MOSSORÓ

MARCANTE
O ÚLTIMO ESCRAVO
AFRICANO EM NATAL

Nicole Elali

APAIXONADA POR MODA
E VIAGENS, A NOVA
INFLUENCIADORA DIGITAL SOMA
MILHÕES DE VISUALIZAÇÕES
NAS REDES SOCIAIS





VIVA NATAL

Viva o sol o ano inteiro, beijando o mar de Ponta Negra à Redinha.
Viva o clima tropical das belas praias de águas mornas e a experiência de aventuras inesquecíveis em dunas imponentes. Você não precisa viajar para viver as belezas naturais, a história, a cultura e a culinária de Natal. Aproveite a nossa cidade.

Viva dias incríveis onde o Brasil inteiro passa férias.

Viva tudo isso. Viva Natal.



PREFEITURA DO
NATAL



EMPREENDIMENTO: JARDINS DO POTENGI HOME & OFFICE, situado à Rua Potengi, 526, Petrópolis, Natal-RN. Incorporadora responsável: DOIS A POTENGI INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS SPE LTDA., sociedade arquitetônica: EMA - Escritório Metropolitano de Arquitetura. Projeto paisagístico: Cardim Arquitetura Paisagística. Projeto de arquitetura de interiores: Fernanda Marques Arquitetura. Memorial de Incorporação e nos futuros instrumentos de compra e venda prevalecerão sobre as divulgadas neste material. Todas as imagens e perspectivas aqui contidas são meramente ilustrativas. As tonalidades das cores e os materiais são sugestões de decoração e não fazem parte do contrato de aquisição da unidade. Os móveis e utensílios são sugestões de decoração com dimensões comerciais e não fazem parte do contrato de aquisição da unidade. As medidas dos apartamentos são internas e de face a face. A vegetação é à disposição no plantão de vendas. Intermediação: Abreu Imóveis Creci 0063-J 17ª Região.

J A R D I N S D O

POTENGI

MAIS DE 1000 M² DE LAZER COBERTO.
VOCÊ NÃO VIU NADA IGUAL.

- Apartamentos amplos com 4 suítes e 229,44m² (preparados para receber automação).
- Área de delivery exclusiva e segura, equipada para receber qualquer tipo de encomenda (incluindo itens que precisam de refrigeração).
- Duas áreas de lazer suspensas, localizadas no 5º e no 14º pavimento - proporcionando segurança, privacidade e vista deslumbrante.
- Garagem iluminada e arejada, com infraestrutura para recarga elétrica de automóvel.
- Sistema de segurança - aporte tecnológico moderno.

A MARCA DA EXCELÊNCIA

@DOISAINCORPORACOES



DOISA.COM

DOISA
INCORPORAÇÕES

ÍNDICE

NATAL

DUNA: O MAIS NOVO COMPLEXO PRAIANO



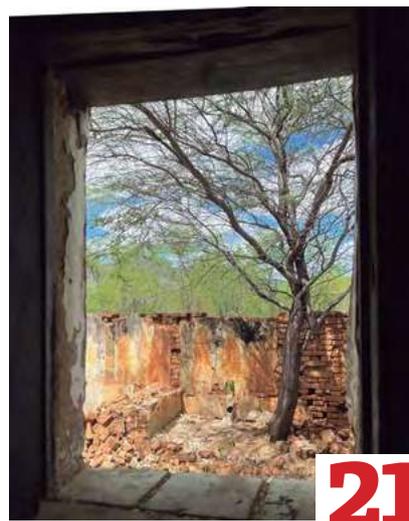
14

ARQUITETO KLÉBER ALVES É PREMIADO



18

UM TIQUINHO SOBRE BRAVAS MULHERES



21

ESPAÑHA

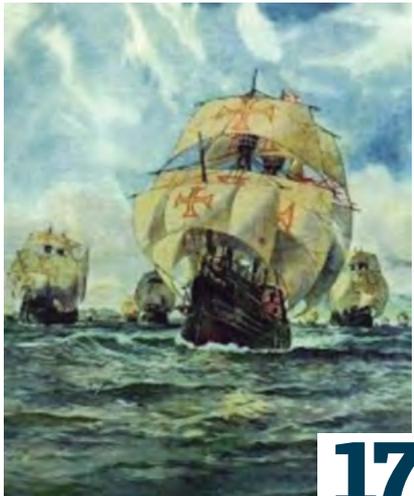
DICAS SOBRE A NUMERADA CIDADE CARACOL



PARIS

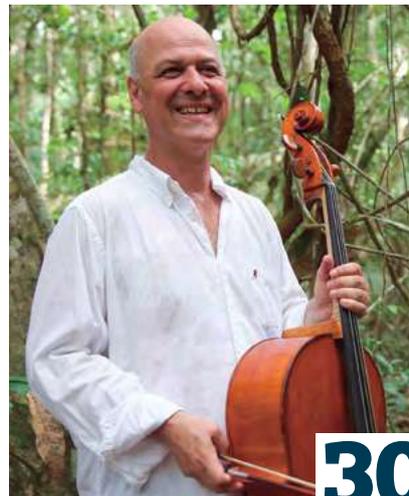
14

DESCOBERTA DO BRASIL É ANTERIOR A 1500



17

GUSTAVO TAVARES: VIOLONCELISTA INTERNACIONAL



30

FESTAS

40 | NOITE DO ZEH

41 | JARDINS DO CERRADO

42 | ADRIANA MAGALHÃES

24B | JOSÉ SARNEY

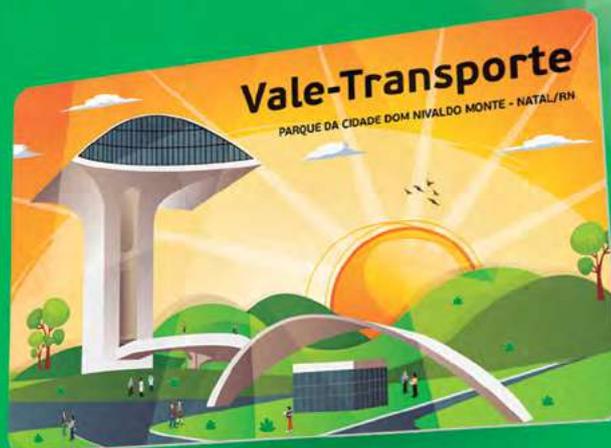
26B | RITA MÁRCIA MACHADO

24 | NATAL DE AMANHÃ

28 | O ÚLTIMO ESCRAVO AFRICANO EM NATAL

28B | ARTIGO
Theodoro Meirelles

Com os **cartões** **NatalCard** você pode mais



Economizar com
o valor da tarifa



Ganhar agilidade
no embarque



Resgatar créditos
em caso de perda
ou roubo



Fazer 10 usos
diariamente e
10 integrações



Ganhar vários
descontos com o
Clube de Descontos



Aumentar o tempo
de integração para
até 90 min

E MUITO MAIS!

Faça o seu



Whatsapp
(84) 99179-7541



App Meu
NatalCard



disponível no
Google Play



Baixe na
App Store

Cartões NatalCard com você em seu destino a qualquer hora!





NICOLE ELALI

UM ARRASSO NAS REDES SOCIAIS E APOSTA FASHION DO MOMENTO
APAIXONADA POR MODA E POR COMPARTILHAR SEU LIFESTYLE,
JOVEM POTIGUAR GANHA DESTAQUE NO TIKTOK E INSTAGRAM

Por Fernando Azêvedo - Fotos Alex Costa

A menina tímida do começo da carreira se transforma diariamente em uma influencer digital mais despojada e confortável frente às câmeras. Nicole Elali, 14, é potiguar e soma, no TikTok, mais de 2,5 milhões de curtidas. Tímida e apaixonada por moda e viagens, ela dedica parte da rotina à criação de conteúdo para essa rede social e para o Instagram.

Filha do casal André Elali e Juliana Flor, ela conta que tudo começou por uma brincadeira. No aniversário da mãe, em março deste ano, Nicole postou um get ready with me – “arrume-se comigo”, a modalidade de vídeos em que a influencer exhibe o processo de criação do look. Gravado no closet do hotel, seu primeiro vídeo teve mais de 1 milhão de visualizações. Assim como o segundo, e mais milhões e milhares nos próximos.

Apesar do tom de brincadeira,

isso veio de um desejo que Nicole sempre teve. “É uma coisa que eu gosto, e, no aniversário da minha mãe, eu postei um vídeo biscoitando. Esse vídeo viralizou, e eu investi porque eu já queria”, diz. Nas redes, ela produz conteúdos focados no nicho da moda, lifestyle, viagens e restaurantes.

Juliana Flor confirma que esse era um sonho antigo da filha, intermediária entre os irmãos de 15 e 8 anos: “Eu sabia que ela tinha vontade de mexer com redes sociais, porque desde que ela era pequena falava que queria ser youtuber”.

No começo, ainda não era uma meta vista como séria para a pequena garota, mas o desejo de ter um TikTok se concretizou na adolescência, e Nicole integra essa nova geração de influenciadores, mostrando um pouco de seu dia a dia e o gosto para roupas que vão do luxuoso ao acessível, conforme a pro-

posta. A jovem, que pretende fazer o curso superior em Moda, seja em São Paulo, seja em países como França, Itália ou Inglaterra, diz que escolhe as peças de acordo com a vibe do dia.

Essa consciência para a moda surgiu em partes influenciada pela mãe, conta Nicole: “Quando eu era um pouco mais nova não me arrumava muito, aí eu comecei a me arrumar, e lógico que minha mãe acaba influenciando um pouco, até porque ela sabe muito de moda e ela teve um blogue também sobre moda”.

“Ela [Nicole] não tinha uma vaidade própria, não tinha esse interesse de ‘ai, eu vou agora montar um look para mim’. Isso foi uma coisa que ela despertou de um tempo para cá, começou a ter um olhar mais apurado, a querer se preocupar com a estética, com a roupa, o que usar. Eu vi que tinha o dom, que ela gostava, e acabei apoiando”, diz Juliana.

VIDA DIGITAL

“É uma coisa que me encanta”: declara Nicole sobre a moda, seu principal nicho de conteúdo. A jovem divide-se, diariamente, entre os estudos e a criação de vídeos e posts nas redes sociais. O que é acompanhado de perto pela família, que, inclusive, ajuda-a desde as ideias até a criação de um cronograma semanal. Nesse sentido, conta com o apoio da mãe e da prima, como considera, Juliana Lyra, que entende de marketing.

Segundo conta a mãe, no entanto, Nicole lidera as próprias redes: gosta do que produz e tem muita dedicação e disciplina para isso. “Ela tem uma coisa que começou numa brincadeira e acabou ficando uma coisa séria”, explica Juliana. O trabalho veio com uma postura madura e profissional que a jovem assumiu, e que a mãe e a prima elogiam. “A cada dia eu vejo uma evolução nela”, comemora a mãe.

“Quem vê de longe, acha que é fácil, que não tem trabalho de influenciar, mas você tem que se esforçar, não é só gravar e postar, tem que se dedicar e fazer de tudo para dar certo”, pondera Nicole. Conta que tenta ser constante, uma exigência para que as redes sociais entreguem os vídeos e posts para um número cada vez maior de usuários. “Eu tento postar todos os dias, tento ter uma regularidade. E eu posto todos os dias, mas faço organizado para não atrapalhar meus estudos”.

Quando questionada com: “Como você se definiria?”, Nicole responde que é tímida, mas se solta quando ganha afinidade com quem está interagindo. Apesar da timidez, que po-

deria ser vista como um empecilho à criação de conteúdo, não interfere: “Eu sou muito tímida, mas tento melhorar. Vou melhorando a cada dia, porque meu objetivo de ser influencer é maior que minha timidez.”

E ser influencer, para ela, é bom porque a sensação é de que está influenciando as pessoas para o bem, seguindo o conselho da mãe, de que “faça o mundo mais bonito na área de moda”. Episódios como ser parada em shoppings e solicitada para fotos com fãs é algo que está se incorporando à vida da adolescente, com os quais ela afirma lidar bem.

Nicole pontua ainda que a internet é superficial: é uma fatia da vida da pessoa que produz conteúdos, não a totalidade. Explica que ninguém mostra tudo, como os momentos de privacidade.

Mas há também outro lado, este espinhento: a internet é um ambiente propício para o compartilhamento de ódio e negatividade. “É uma exposição muito forte. Inclusive a gente conversa muito com ela sobre isso, para ela não se deixar abater pelos haters, porque, se você olhar, ela tem muito mais comentários positivos do que negativos. Mas sempre vai existir para botar o dedinho e dizer alguma coisa negativa, e para ela tentar administrar isso de forma que isso não a afete. E ela consegue super bem”, comenta Juliana Flor.

Nicole concorda: “Tudo que você faz vai ter sempre alguém julgando, vai ter sempre alguém querendo ver você o mal, pode até ter alguém querendo ver você bem, mas não melhor que ela.”



ELA PISCA?

Como o nicho de Nicole não exige que fale em todos os vídeos, muito sobre ela descansa no mistério que é possível em redes com milhões de usuários. E foi assim que surgiu o vídeo das cinco curiosidades sobre ela, gravado em junho deste ano.

A primeira curiosidade foi que ela consegue piscar os olhos, o que é curioso porque Nicole é tímida e ficava muito nervosa quando gravava os primeiros vídeos. A concentração a impedia de piscar e os internautas - que notam os mínimos detalhes - comentavam “menina que não pisca, menina que não pisca!”. À medida em que produziu, atravessada pela timidez, ela foi soltando-se aos poucos e agora aparece mais dinâmica, diz. E piscando.

Depois, falou sobre a relação

com Portugal, país para onde sempre viaja porque já morou em terras lusitanas e tem muitos amigos lá. As fotos de Nicole para Bzzz, inclusive, foram registradas em Lisboa, um dos lugares favoritos da garota.

As pessoas adoram especular nas redes sociais, e o sobrenome de Nicole é muito conhecido no Rio Grande do Norte. Associavam-na muito à cantora Marina Elali. E a terceira curiosidade confirmou essa suspeita: Nicole, filha de André Elali e Juliana Flor, é potiguar e mora em Natal.

O quarto fato diz que Nicole criou o TikTok para mostrar o interesse por moda e o lifestyle. A quinta curiosidade é polêmica e mereceu até um vídeo específico depois: qual seria a idade de Nicole Elali? Segundo contou, especularam entre os 14 e 36 anos.

ENTRE A MODA E A MÚSICA

Nem só pela moda vive encantada a jovem natalense. Nicole também aprecia, por exemplo, comida japonesa, dormir, andar e ir ao cinema. Além de comida árabe, o que herdou da descendência por parte do pai.

Sua cantora favorita é Taylor Swift - a qual vai prestigiar na The Eras Tour, quando novembro chegar, em São Paulo. Como uma verdadeira sagitariana, segundo os conhecimentos do zodíaco, o espírito viajante e aventureiro já era de se esperar: “Amo via-

jar”, diz. E conhecer restaurantes novos. E o mar. Nicole já foi aos Estados Unidos da América, Portugal, França, Mônaco, Inglaterra e Itália.

No cinema, costuma assistir comédia e romance, além de terror e suspense. Voltando à moda, Nicole gosta de tênis e lenços. Participante ativa dos programas em família, diz que também gosta de música: “Eu gosto muito de música, não canto, mas eu gosto de ouvir música. Estou no carro, coloco o fone de ouvido”.

MODA INTELIGENTE

Crescer rodeada por moda, com uma mãe experiente no universo fashion, fez com que Nicole aprendesse cedo a usar a moda em seu favor, de forma inteligente. Juliana dá o exemplo da arrumação das malas para viagens, que as duas sempre fizeram de forma fashionista e bem pensada.

Reunidas na sala iluminada de casa, que acolhe o brilho do Sol de tarde em Natal, elas demonstram realmente amar falar sobre moda e suas ramificações, como a moda circular. “Eu gosto muito da moda circular. Ajuda o meio ambiente, os preços são melhores e acho que vale a pena investir”, diz Nicole.

Juliana fala a respeito do second hand – compra de peças de segunda mão com boa qualidade –, realizada em brechós, especialmente os de luxo. Após dar uma “garimpada”, diz Juliana, é possível comprar peças acessíveis de forma inteligente.

Outras práticas delas são o desapego, que pode ser feito objetivando a doação ou revertido na revenda das peças, a reforma de roupas, que customiza, e a repetição, muitas vezes construindo diversos looks com a mesma peça.

“A gente adora mesclar [...]. Com o fast fashion, a moda se tornou muito acessível”, acrescenta





Juliana. O look de Nicole durante a entrevista para Bzzz consistia em um short Renner, blusa Zara e um sapato Valentino.

“A gente gosta muito de favorecer a moda brasileira, os investidores brasileiros”, diz Juliana. “Às vezes, para baratear muito o fast fashion, a moda não fica muito consciente, porque eles usam trabalho escravo, poluem os rios, poluem o solo”, critica.

Juliana observa que a maneira com que a filha se veste é um

pouco única, diferente das garotas da idade dela. Por isso, Nicole consegue atrair até um público mais amplo, com idade superior.

Ao fim da entrevista, Nicole e as parceiras de criação – as Julianas Flor e Lyra – anunciam que vão produzir sobre a próxima viagem que farão. O processo, feito de forma profissional e afetiva, tem resultado em um arraso, e Nicole está vivendo, dia a dia, o sonho de influenciar milhares de pessoas.





PROJETO DE ARQUITETA BRASILENSE SUGERE MELHOR USO DA ÁREA EM QUE ESTÁ LOCALIZADO O ESQUELETO DO QUE SERIA UM HOTEL NA VIA COSTEIRA



DUNA

Complexo Praiano

Por Fernando Azevêdo

Conhecida sobretudo pelos luxuosos hotéis e resorts, a Via Costeira de Natal (RN) guarda também um prédio abandonado e esteticamente desagradável. É o hotel da antiga empresa BRA, embargado há 18 anos por conflitos com a legislação de edificações vigente à época, quando excedeu em um andar o limite permitido. Hoje, pertence à NATHWF Empreendimentos S/A e encontra-se deteriorado pela maresia e outros fatores. Resta, portanto, o “esqueleto” do que um dia poderia ter sido um grande hotel.

Propondo um uso adequado da área – privilegiada por ser à beira-mar e possuir potencial turístico –, Danielle Mota, 28, então estudante de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB), elaborou o projeto “DUNA – Complexo Praiano”, em 2019. No seu trabalho final de graduação, ela sugeriu a construção de um hostel com atrativos diversos, que mesclam espaços públicos e privados.

Brasiliense e com raízes potiguares, Danielle vinha todos os anos aproveitar o veraneio no Rio Grande do Norte, pois seus pais têm casa na praia de Barra de Tabatinga. E uma cena se repetia à medida que ela crescia: ao passar na Avenida Senador Dinarte Mariz

(Via Costeira), olhava para o mesmo prédio velho, desgastado – o esqueleto do hotel a que nos referimos aqui. E essa falta de novidades viria a motivar o trabalho acadêmico de Danielle, anos depois.

“Desde criança, eu lembro de passar na Via Costeira, porque é um trajeto que eu fazia muito, e perguntar para minha mãe quando que ia ficar pronto aquele prédio”, diz. Ao chegar o dia de pensar em um projeto para concluir o curso, Danielle considerou que queria uma área que tivesse uma vista bonita e que demandasse um projeto complexo, com muitos fluxos. Estudou a situação do hotel embargado e decidiu projetar algo em terras norte-rio-grandenses.

Surgiu então o “DUNA - Complexo Praiano”, “com o intuito de valorizar o visual litorâneo da cidade e estimular a democratização da praia”, escreve Danielle. Ela conta que sua ideia era fazer algo que tivesse impacto social, além de estimular uma reflexão sobre que utilidade o terreno poderia ter: “Eu queria fazer alguma coisa que tivesse algum tipo de impacto social, porque eu estava estudando uma universidade pública, então eu queria de alguma retribuir, não queria que fosse algo só privado”, explica.

RECORTES

Saindo da tendência de projetar um hotel cinco estrelas, Danielle propõe um hostel com boa estrutura, mas que seja acessível e tenha espaços públicos, onde turistas e natalenses possam se divertir e contemplar a vista da Praia Barreira D'água. Porém, ela avaliou que o esqueleto ali existente não traria o benefício pretendido por ela e seu orientador.

“Além disso, a estrutura – eu não sou engenheira, não sou patologista de estruturas –, mas, olhando ali, pensando que é uma edificação que estava, sei lá, há mais de 20 anos exposta à maresia direta, eu imagino que ali teria que ter muito investimento para recuperar essa estrutura, caso ela possa recuperada”, opina. “Então, a gente entendeu que seria melhor realmente demolir aquele edifício.”

São quatro atrativos principais, explica Danielle: o DUNA Hostel, que teria uma estrutura de resort; o Restaurante Duna, que seria um restaurante escola; a Cabana de Praia Duna, uma espécie de beach club com possibilidade de day use; e o Mirante das Dunas, uma praça pública com vista para a praia.



Arquiteta Danielle Mota

CONSIDERA

“Eu entendi que aquela região ali da Via Costeira poderia ter um potencial turístico que não fosse só um hotel cinco estrelas. E aí, pensando que aquele edifício ficou – está, né? ainda – mais de 20 anos poluindo, por que não trazer esse alívio de ele ser um lugar de contemplação?”

Quando estudava a oferta de hostels em Natal, em 2019, Danielle não achou nenhum que fosse à beira-mar, além de serem poucos. A ideia seria ter um espaço público, construído com cobertura

de madeira e em cima do hostel, que fosse um mirante em que pudessem ocorrer também feiras de artesanato e shows.

Quanto ao formato, ela se inspirou no Parque das Dunas, que fica atrás do “Hotel BRA”. A cobertura imita o desenho e traz o movimento do parque, além de as cores e elementos visuais lembrarem areia e dunas, em um cenário verdadeiramente potiguar.

REVISAR

O projeto foi elaborado com a maturidade de uma graduanda, reconhece Danielle. Diz que revisaria alguns pontos. “Mas eu acredito, sim, na viabilidade econômica dele, só teria que fazer alguns ajustes, de repente colocar mais quartos, limitar o número de quartos mistos, não sei”.

Ela conta que, no curto tempo de um semestre, também não foi possível detalhar algumas partes. No entanto, alguns retoques só seriam viáveis após os estudos de profissionais de outras áreas. Se alguma empresa realmente desejasse tocar o projeto, teria que solicitar esses estudos aprofundados. “Para eu conseguir fazer algum ajuste nesse projeto, precisaria de informações realmente calculadas”.

“Eu entendi que aquela região ali da Via Costeira poderia ter um potencial turístico que não fosse só um hotel cinco estrelas.”



REESTRUTURAR

Valeria a pena reestruturar aquele esqueleto, exposto à maresia direta, que acumula entulhos de construção e prejudica o meio ambiente? Danielle Mota considera que só estudos precisos de patologia de estruturas poderiam atestar se é viável ou não.

Apesar da área privilegiada, ela compartilha da ideia de muitos que veem a estrutura danificada: “Ele, ainda se fosse recuperado, teriam que demolir um nível. Mas assim, eu acho aquele prédio feio, não tem um arranjo muito bonito”, sorri.

Foi com a proposta de valorizar o potencial da área que ela sugeriu um projeto original. “Porque é um prédio que não

tem muita autenticidade. É mais um prédio de um hotel normal, sem personalidade.”

“Eu acho que [meu] projeto [é] autêntico, que traz uma reflexão sobre o uso daquele espaço. É óbvio que eu gostaria que ele fosse para a frente. Mas eu não sei, eu não acredito que o setor privado vai querer transformar aquilo ali em algo público, não. Então, eu não tenho muitas expectativas quanto a isso”.

Quatro anos após projetar o “DUNA – Complexo Praiano”, a brasileira atua assinando projetos de espaços comerciais, como restaurantes e lojas, e residências. Agora, está focada em trabalhar unindo Arquitetura e tecnologia.





Arquiteto e empreendedor Kléber Alves

MOSSORÓ EM DESIGN

Por Lúcia Rocha – Jornalista

O jovem arquiteto e empreendedor Kléber Alves, nascido em São Caetano do Sul, na Grande São Paulo, é detentor de premiação outorgada pelo IAB – Instituto de Arquitetura do Brasil – pelo Projeto Linha Mandacaru, que consiste num sofá, cabideiro e luminária, que será lançado por uma indústria mineira, brevemente.

Kléber utilizou como referência a passagem do bando de Lampião em Mossoró, em 1927, baseado nas histórias que ouvia desde criança sobre esse episódio, quando visitava a avó paterna, Maria Alves Cabral, também colaboradora na defesa da cidade, pois foi ela que costurou os bornais usados na trincheira.



O jovem arquiteto, graduado na Universidade São Marcos, na capital paulista, queria contar uma história do Brasil para valorizar a nossa cultura e explica: “Até para fazer uma homenagem à minha saudosa avó, por sinal, minha única avó. E, antes de começar a fazer qualquer desenho para esta linha, pesquisei essa história, para encontrar uma linguagem para o desing deste produto. Além disso, eu queria falar sobre a resistência do povo nordestino. Lembro da cena em que estava sentado na calçada com minha avó, quando ela contava como se deu o seu trabalho”, relembra Kléber.

O ainda garoto ficou curioso e perguntava os detalhes: “Minha avó, sempre solícita, tinha sempre uma resposta pronta. Aquilo criou em mim uma vontade de levar essa história adiante, seja lá como fosse. Como escolhi a arquitetura e design como profissão, é natural que usasse do meu talento nessa memória afetiva para desenvolver uma linha mobiliária”.

Algo chamou a atenção de Kléber em 2008, quando foi inaugurado o Memorial da Resistência de Mossoró, projeto do arquiteto cearense Nilo Fausto, de quem ele é fã. “Visitei o memorial no ano seguinte e fiquei satisfeito ao ver a foto da minha avó dentre os homenageados como heróis da resistência ao bando, ela como única mulher. Uma coisa é você ouvir da própria avó aquele trabalho, que foi confeccionar os bornais, outra coisa é você ver o reconhecimento do poder público pelo feito de algo confeccionado por uma mulher tão simples, sem formação escolar”, regozija-se.

“Em três meses desenhei a linha e durante seis meses acompanhei o desenvolvimento do protótipo com a empresa parceira, Desygn Móveis Jardim, na cidade de Cláudio, em Minas Gerais.

Kléber Alves é filho de um mossoroense, Pedro Alves da Silva, que migrou nos anos 1970 para São Paulo em busca de trabalho, na área metalúrgica. Ali, casou-se com a patuense Mirian Nunes Paiva da Silva, com passagem no comércio local, foi caixa da Drogaria Rio Grande e chegou a ser Rainha do Comércio, em 1968. Além de Kléber, o casal tem a pedagoga Karina.

Kléber tem 42 anos de idade, há dez é casado com Luciane Alves Fortes. O casal tem Lívia, com 8 anos.

Kléber já é detentor de outras premiações, como, por exemplo, no ano passado, ele desenvolveu um banco para a campanha



Kléber e sua premiada Linha Mandacaru



Memorial da Resistência, museu aberto em Mossoró onde tem presença de Maria Cabral

criada no Instagram @euque-rovirarjacare. A campanha beneficente convidou arquitetos e designers para criação e produção de banquinhos com os seguintes requisitos: o banco precisava parecer um jacaré com as medidas 1,20 x 0,20 x 0,20 cm. Foi fabricado em alumínio com pintura eletrostática, revestido com tricô náutico emborrachado e madeira maciça. O intuito da campanha foi fazer uma manifestação pró-vacina. Além de doar o valor arrecadado nas



Maria Cabral com a mãe, Antônia

vendas das peças ao combate à pandemia de covid-19.

O banco Jacaré foi exposto na Semana de Design de São Paulo 2022, a Design Weekend, no Lounge da Bienal, no Parque do Ibirapuera.

TEXTO DE KLÉBER USADO NA ARTE DO PROJETO LINHA MANDACARU:



Vem aí uma história minha, que é do Brasil também.

Lembro o nome de Lampião*, quando eu tinha oito anos de idade. Foi na época em que tive mais contato com a minha avó paterna. Isso, em Mossoró, a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte.

Era costume durante as tardes sentar em cadeiras de balanço na calçada para conversar e escutar as histórias e estórias.

Uma dessas histórias é sobre a invasão do cangaceiro Lampião, em Mossoró.

Na época, o prefeito, Rodolfo Fernandes, armou a população, organizando as trincheiras para confrontar Lampião e o seu bando no ano de 1927.

Minha avó, então, com 23 anos de idade, foi convocada a costurar as bolsas para armazenar as balas dos integrantes das trincheiras. Essas bolsas se chamam Bornal.

No ataque, Lampião perdeu a batalha e, com isso, Mossoró tornou-se culturalmente hegemônica à memória da passagem do mítico cangaceiro Lampião e do seu bando pelo município.

Nas últimas décadas, aquele acontecimento vem sendo construído nos termos de uma resistência heroica e gloriosa da cidade à invasão do grupo de cangaceiros, sendo inúmeras as razões desta produção memoria-



Materiais empregados alinhados ao conceito e a valorização e resgate da brasilidade



lística na cultura local. Inclusive, anualmente é encenada a peça Chuva de Balas no País de Mossoró, que atrai turistas de todas as regiões do país.

Em 2008, foi inaugurado o Memorial da Resistência de Mossoró. Uma praça com projeto museológico ao ar livre, contando com

fotos-legendas toda a história da invasão de Lampião à cidade.

Homenageando a população que participou, diretamente e, indiretamente, contra a invasão dando origem ao título de Heróis da Resistência.

Desta forma, a minha avó recebeu este título por ter costurado os bornais antes da invasão de Lampião e sua foto lá está, estampada, como única mulher a participar diretamente do feito.

Fazendo uma analogia com a resistência à luta do povo nordestino, não poderia deixar de citar a planta mandacaru, um ícone do Nordeste.

Uma planta com as características de durabilidade, adaptabilidade e beleza. Sendo um símbolo da cultura nordestina.

A partir dessas referências, desenhei a Linha Mandacaru.

Fotos:



KYVIA BEZERRA MOTA
Ginecologista e Obstetra, Membro da Associação Sertão Raiz Seridó

Um pouquinho do que é o Seridó

Fotos: Dâmaso Chacon

Trazem nas veias um pouco de Tomaz de Araújo Pereira, o “Adão” seridoense, um tiquinho dos açorianos Rodrigo e Sebastião Medeiros, o sabor do amor de Tereza Bezerra e Ciprianiño, e também um pouco d’alma de D. Adriana da Serra e lá do Totoró. Por falar em D. Adriana, queria aqui pontuar um pouco das mulheres sertanejas, particularmente as seridoenses.

As seridoenses são sempre cientes do tanto que são admiradas e festejadas pelos filhos, maridos, namorados, admiradores e, enfim, pela comunidade em geral. O papel nunca foi aquele cantado em versos de recato, afazeres domésticos, no máximo um artesanato bonito. Sim, cada uma delas carrega uma arte, porém, o que se vê são parceiras que enchem seus relacionamentos de apoio, solidariedade e companheirismo.

Nunca conheci qualquer uma entre elas que ficasse apenas de enfeites cafonas explorando o seu companheiro. Aqui não há esse modelo. Todas dão duro, ralam, fazem e acontecem para que a família prospere. Conheço de perto várias, de variadas tonalidades de pele, cabelos, cor dos olhos, de todas as classes sociais, elas vão para o roçado, limpam o mato, trazem comida pro gado, tiram leite, partejam as vacas, são sensacionais.



Existem outras que são exímias conselheiras, não deixam a “peteca” da família cair nunca. Há as da política tanto no palanque quanto nos bastidores e elas não param de participar, jamais. Houve por essas bandas, uma delas, a quem homenageio em nome de todas as heroínas anônimas ou não. Se chamava Júlia Medeiros, professora, escritora e jornalista, muito independente, foi acometida pelo mal da mente, cuja história não pode ser esquecida nem pisoteada em horrorosas menções ... do tipo Rocas - Quintas.

Citarei uma delas para não deixar esquecer, D. Yvete Carrilho de Sá Bezerra, seridoense por adoção, nascida na terra dos verdes canaviais, chegou

ao Seridó aos 17 anos e nunca parou. Fazia de tudo um pouco, uma verdadeira seridoense. Incorporou de tal forma a alma do povo que se aventurava desde a paçoca pilada, às coalhadas, ao queijo de manteiga, de coalho, até chegar no chouriço feito no mesmo modelo dos tempos de Caetano Dantas, no qual se coloca de tudo um pouco. Influenciou gerações, derrubou mitos e furou bolhas. Era uma delas, sim.

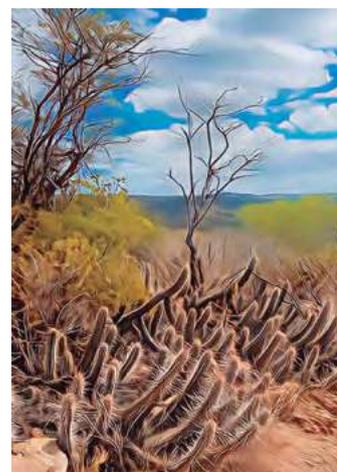
Têm espírito de mulheres fortes, impetuosas, firmes e verdadeiras, pois firmam sempre uma posição, nada de mais ou menos. É preto no branco, lei de Chico de Brito, como se diz. Assim são, femininas, sexys e maternais conhecedoras do que representam na família e na sociedade.

Como poetizou a icônica Hilda Araújo lá de Caicó em “cerca de pedras”.

Senhor,
como se ajustam elas
- as pedras -
Formando muralhas
intermináveis,
longas.
Suportando-se umas às outras.
Aguentando-se uma sobre as outras.
Mudas.
Sem uma queixa,
Sem um reclamo.
Senhor,
Faça-nos, ao menos,
como as pedras
da cerca.
Mesmo duras,
Mesmo imutáveis
Mesmo pedras.
Mas juntas,
unidas,
suportáveis, pelo menos.
Não importa o ser pedra;
quadrada,
redonda,
amorfa, ou até
pontaguda.
O que importa,
o que acima de tudo importa:
Ajustar-se à cerca.



Casal Manuel Salustino Gomes e Ananília Regina de Araújo com filhos e netos



Brasão da Associação Sertão Raiz Seridó



SERIDOENSES

Se fizermos um paralelo entre as cercas de pedra e elas, no sentido de proteger, resistir, resguardar, definir espaços e limites, formam mesmo verdadeiras cercas de pedras. Assim, já dizia, no seu depoimento inquisitorial, Andressa Jorge, filha da matriarca Branca Dias, somos feitas de Pedra e Cal.

Hoje, conhecendo um pouco sobre as origens, passaram a entender de onde vieram e porque chegaram nessa Canaã. Aqui, se miscigenaram e edificaram um novo povo com os traços fortes dos colonizadores e a resiliência dos oprimidos misturadas à sabedoria e à resistência dos nativos.

A cultura é ímpar, por que se sentem diferentes?

Verdade, é isso mesmo, se sentem diferentes, nem para pior, nem para melhor. Mas sem dúvida, são um povo, uma nação, é algo nítido, têm identidade, pertencimento e discernimento para perceber que formam uma grande família. O que já existia no sentir e no agir como uma grande parentada, hoje, foi provado em documentos e testes genéticos que não há dúvida, são os herdeiros de uma gigantesca endogamia, a maior e mais bem estudada do país.

Gente hospitaleira, pronta para o estudo, para a pesquisa e para o trabalho que houver, são e serão os responsáveis pela preservação e disseminação dos valores, história e amor por essa terra, o Seridó, a terra dos sarids, ou seja, os sobreviventes.





Natal de amanhã

PROJETOS DE DESTAQUE DESENVOLVIDOS NA CAPITAL POTIGUAR:
QUE PERSPECTIVAS ELES TRAZEM?

Por Fernando Azevêdo - Jornalista

Natal, capital do Rio Grande do Norte, é considerada a “Cidade do Sol” e possui, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2022, mais de 750 mil habitantes. Além disso, é destaque por seu potencial turístico, que atrai milhares de visitantes todos os anos, ostentando belas praias, restaurantes, hotéis e outras atrações. Mas há, por outro lado, questões sociais a serem discutidas, obras a serem realizadas e serviços a serem prestados visando o bem-estar dos natalenses.

Esse desafio constante pode trazer um questionamento complexo: como será a Natal de amanhã? Quais são as perspectivas? Não é nossa pretensão ler o futuro, mas podemos perguntar aos responsáveis o que está planejado e que obras são mais urgentes na capital potiguar. Nesse sentido, Bzzz traz alguns projetos de destaque desenvolvidos em Natal, em fases iniciais ou em fase de andamento.

Segundo a Secretaria de Comunicação de Natal (Secom), o Município tem obras espalhadas pelas quatro regiões administrativas, visando trazer benefícios em diversos âmbitos da vida do cidadão natalense. “Destaque para a execução de grandes projetos, como a requalificação e ampliação da Avenida Felizardo Moura, a construção do Complexo Turístico da Redinha, a engorda da Praia de Ponta Negra e o Hospital Municipal. Somados, os investimentos superam a casa dos R\$ 300 milhões”, pontua.

Para o prefeito Álvaro Dias, “Natal não pode parar. Temos que investir em diversas áreas. São investimentos expressivos que, além de melhorar a infraestrutura local, também geram emprego e promovem o desenvolvimento. Ver a cidade envolvida em tantas ações me deixa feliz, pois mostra que estamos no caminho certo para entregar um lugar cada vez mais voltado para os nossos cidadãos.”



Prefeito Álvaro Dias e o secretário Carlson Gomes (Infraestrutura) visitam obras em Ponta Negra

ENGORDA DE PONTA NEGRA

Principal cartão-postal da capital banhada pelo Rio Potengi, a duna fixa chamada de Morro do Careca é o símbolo do turismo no Rio Grande do Norte. Basta abrir o Google e pesquisar “RN”, e lá estará uma foto do Morro e suas dunas. Porém, devido ao desgaste provocado pela elevação do mar e por intervenção humana, o morro encontra-se em acentuado processo de erosão.

A questão foi tema de audiência pública na Assembleia Legislativa, no dia 21 de junho de 2023, quando autoridades discutiram as melhorias necessárias para a preservação do morro. Uma das principais é a engorda da Praia de Ponta Negra.

No debate, diversas perspectivas entraram em jogo. Falou-se na necessidade de proteger a área, mas a questão representa

um embate entre diversas instituições. De um lado, por exemplo, a Prefeitura do Natal pediu celeridade no licenciamento para a engorda. Do lado oposto, o Idema explicava por que as licenças necessárias não estavam cedidas no momento e solicitava diversos estudos de impacto ambiental. Após a audiência, o cenário vem transformando-se e a licença temporária, para o prazo de cinco anos, foi expedida.

Engordas de praia têm sido uma solução tomada em diversas localidades do Brasil para conter a erosão costeira, mas, segundo especialistas, a medida não é permanente e pode precisar de manutenção. No caso de Balneário Camboriú (SC), por exemplo, o mar retornou em partes e “engoliu” cerca de 70m da faixa de areia que havia sido

“engordada”.

Apesar dos riscos, tal método mitiga as consequências do avanço do mar, tendo sido adotado na Praia de Copacabana no já distante ano de 1969. Em casos como o de Ponta Negra, segundo defendido na audiência pública já mencionada, torna-se importante para combater danos à economia, ao turismo e ao meio ambiente.

INVESTIMENTO

À Bzzz, a Secom informa que “o investimento total dos dois projetos [engorda e enrocamento da praia] é orçado em aproximadamente R\$ 100 milhões. Já a engorda vai alargar a faixa de areia da praia entre 50 metros na maré alta e 100 metros na baixa e diminuir os problemas provocados pelo avanço do mar e do processo erosivo do Morro do Careca.”



“Estamos trabalhando para entregarmos todo o asfalto da Felizardo Moura

AVENIDA FELIZARDO MOURA

O destaque vai também para os serviços na Avenida Felizardo Moura, uma obra que vem sendo cobrada pela população há muito tempo. A obra segue o cronograma previsto para tal, afirma a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Natal (Seinfra).

Em julho de 2023, os serviços, que ocorrem em um dos principais corredores viários entre a Zona Norte e demais regiões de Natal, entraram em uma nova fase. No geral, a obra na via inclui drenagem, pavimentação, calçada, ciclovia e a implantação de faixa reversível, visando garantir mais fluidez no trânsito e um aumento de 30% da capacidade da via.

O secretário municipal de Infraestrutura, Carlson Gomes, falou sobre suas expectativas: “Estamos trabalhando para até o final de agosto entregarmos todo o asfalto da Felizardo Moura. Depois disso, seguimos com os ser-

viços no túnel no viaduto da Urbana e as outras intervenções.”

O prefeito Álvaro Dias diz que a obra era esperada há 30 anos e vai gerar conforto e trafegabilidade, sendo que 75 mil veículos circulam diariamente pela via. “Estamos promovendo uma grande requalificação na Felizardo Moura para gerar mais conforto, segurança e melhorar as condições de trafegabilidade na via. Temos um prazo de 18 meses no contrato para concluir os trabalhos, mas vamos nos empenhar para que tudo seja entregue no menor tempo possível. Esse era um serviço esperado e aguardado há muito tempo por todos que a utilizam”.

INCENTIVOS

Realizada pela Prefeitura de Natal em parceria com o Governo Federal, a obra tem um investimento de R\$ 43 milhões, conforme a Secom.



HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL

Destaque para uma área em que as urgências têm que ser atendidas com ainda mais celeridade, o Hospital Municipal de Natal é uma aposta da atual gestão, que garante entregar o equipamento público.

As obras estão em fase de fundação e são realizadas em terreno próprio, numa área de 26 mil metros quadrados, informa a Secom. O hospital se destina ao atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde de Natal, com seus mais de 750 mil habitantes confirmados no Censo, mas poderá atender aos usuários de outros municípios do estado, com as devidas pactuações que o sistema de saúde prevê.

ESTRUTURA

Para a perspectiva do projeto, tem-se uma unidade com sete pavimentos para atender a diversas especialidades, como



ginecologia, obstetrícia e atendimento neonatal, além de Centro Cirúrgico e de Diagnóstico. No total, serão 266 leitos de internação, sendo 40 de UTIs divididos entre UTI adulta geral (20), neonatal (10) e pediátrica (10), além de leitos específicos classificados como PPP - para pacientes de pré-parto, parto e pós-parto (10).

A Secom informa que as linhas de atenção planejadas para o hospital preveem também atendimentos referenciados a pacientes adultos clínicos para internação hospitalar e cirúrgicos para cirurgias programadas (eletivas), além de atendimento de urgência 24 horas em ginecologia e obstetrícia de risco habitual e alto risco.

“Estamos acompanhando o andamento das obras de construção do Hospital Municipal de Natal, uma das mais importantes da nossa gestão. É um sonho antigo da população natalense que finalmente será realizado. O Hospital Municipal será um importante equipamento de saúde pública, que atenderá milhares de pessoas”, afirma o prefeito Álvaro Dias.



COMPLEXO DE TURISMO

Localizado em um dos principais pólos turísticos de Natal, o Complexo Turístico da Redinha é outra iniciativa que chama a atenção e faz parte de um projeto de reestruturação da praia localizada no litoral norte.

De acordo com a Secom, os serviços estão divididos em cinco lotes, com orçamento de R\$ 25 milhões. “As obras do Complexo foram iniciadas em abril de 2022 com a demolição do antigo mercado e o início da construção dos novos acessos para a praia.”

PROJETO

No sentido de fortalecer o que chama de “nova fase no turismo potiguar”, a gestão municipal prevê que o Complexo Turístico terá dois andares com 33 boxes, seis restaurantes, além de praça de alimentação, mirante, píer e deck para embarcações e

varanda panorâmica.

No espaço do antigo Clube da Redinha, a prefeitura proporcionará um centro de artesanato com quatro lojas externas e cinco quiosques internos. Já a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes terá nova cerca e o quebra-mar (espigão) ganhará um mirante especial e moderno.

DIZ O PREFEITO

“Estamos modernizando a cidade para garantir mais saúde, segurança, geração de emprego, renda, uma melhor mobilidade urbana e mais oportunidade para todos. São avanços significativos e conquistas históricas alcançadas pelo trabalho da nossa gestão. Até o último dia do nosso governo não mediremos esforços para entregar essas obras para a atual e as futuras gerações de natalenses usufruírem”.



Rostand Medeiros
Escritor e pesquisador brasileiro
Tem um trabalho dedicado a história do
seu estado e da Região Nordeste do Brasil



PAULO AFRICANO

Todos os habitantes desta capital, mesmo os mais velhos, conhecem, por lhes haver feito as delicias dos tempos da infancia, em que a meninada costumava andar á solta, o celebre *Zambê ou Puita* dos campos do Cambolim, que, um pouco decadente mas sempre feroz, veio atravessando as edades até a época actual, apesar das advertencias da policia e dos protestos da visinhança que não apreciava aquellas matraqueações.

A procedencia foi sempre do Sudão, angolas, congos, banguelas, trazidos de Pernambuco que os importava. O ultimo africano puro que morreu em Natal, Paulo Africano, morador da rua do Cambolim, mestre de zambê e feticheiro, falleceu a 24 de abril de 1905, dizia ter desembarcado numa praia e levado para Serinhaem. O Rio Grande do Norte, terra de parques capitaes, não teve negreiros nem commercio. Era apenas um mercado, um pequeno mercado consumidor.

HISTÓRIA

PAULO

**O ÚLTIMO ESCRAVO
AFRICANO EM NATAL**

A fortuna aproveitada pelos donos dos engenhos de cana repousava sobre o açúcar e o açúcar sobre a escravidão africana. Onde seus “donos” massacraram esses cativos, usando e abusando do seu suor, sangue e de suas vidas, na mais nefasta página da História do Brasil. Os africanos que vieram para essa parte do mundo eram meros animais de carga, tratados como bichos brutos e, situação pior, as mulheres serviam para to-

dos os tipos de taras dos seus senhores.

E tudo indica que no ano de 1905 faleceu em Natal um homem que viveu todas as agruras desse flagelo, que aqui ficou conhecido como Paulo Africano e que segundo Câmara Cascudo seria o “último africano legítimo”, o último cativo vindo da África a falecer na capital do Rio Grande do Norte.

Essa é a sua história!

POUCOS ESCRAVOS

Em 1937 Luís da Câmara Cascudo já era considerado o intelectual maior da terra potiguar e o que ele escrevia, apesar do seu provincianismo militante, já repercutia no Rio de Janeiro, onde se concentrava o poder do país e os principais jornais e rádios da nação.

No dia 12 de junho de 1937 o jornal carioca *Diário de Notícias* publicou o texto intitulado “O povo do Rio Grande do Norte” (pág. 28), de autoria de Cascudo, onde ele comenta sobre a formação do povo potiguar. Para o autor o escravo negro já estava no Rio Grande do Norte desde 9 de janeiro de 1600, onde trabalhavam em benfeitorias e vinham da Guiné. Comentou também que o número de escravos “nunca foi avultado nem mesmo na sua relação da pequena população branca”. Tanto que em “1808 eram 1.127 pretos, para 1.956 brancos em Natal”. Para Cascudo o 13 de maio de 1888 “não encontrou senão uns trezentos e poucos”.

O texto informava que os escravos que viviam em terras potiguares eram procedentes do “Sudão, angolas, congos, banguelas (SIC), trazidos de Pernambuco que os importava”. Para Cascudo o Rio Grande do Norte era uma “terra de parques capitaes, não teve negreiros nem commercio. Era apenas um mercado, um pequeno mercado consumidor”.



Quadro do holandês Frans Post intitulado “Engenho de Pernambuco”.

Cascudo então comenta, através de informações transmitidas por Francisco Artemio Coelho, que faleceu em 1945, que “O último africano puro que morreu em Natal, Paulo Africano, morador da rua do Camboim, mestre de zambê e feiticeiro, falecido a 24 de abril de 1905”. Tempos depois o Mestre Cascudo vai descobrir que essa data estava errada.

Coelho informou também que Paulo Africano “dizia ter desembarcado numa praia e levado para Sirinhaém”, atualmente um município autônomo próximo ao litoral pernambucano, ao sul de Recife.

E é nesse ponto de sua afirmação, que Câmara Cascudo nos aponta uma possível ligação do momento da chegada de Paulo Africano ao Brasil.

O TERRÍVEL TRÁFICO

O tráfico de escravos foi justificado pelas potências marítimas europeias pela necessidade econômica, pois suas possessões no Novo Mundo eram os locais mais importantes de criação de divisas e riquezas. Nos séculos XVI e XVII, 70% dos escravos no Novo Mundo estavam empregados no cultivo de cana-de-açúcar e na parte mais intensiva em mão-de-obra da economia de grãos. Ou-

tros tiveram que trabalhar nas indústrias de café, algodão, tabaco e na mineração. Os produtos obtidos do trabalho servil eram então enviados para a Europa ou África e os barcos retornavam com produtos processados das metrópoles, ou novas levas de escravos da África.

Naqueles primeiros anos da colonização portuguesa no Brasil, a região que mais lucrou com

a plantação de cana-de-açúcar e a que foi a principal “anfitriã” de milhares e milhares de escravos africanos foi o que hoje é o nosso ensolarado Nordeste. E por aqui as duas capitanias, hoje estados, que mais receberam cativos foram Bahia e Pernambuco.

As plantações de cana-de-açúcar representavam investimentos substanciais, onde na conta se inseria a aquisição e o transporte dos cativos que trabalhavam no campo. Por volta de 1550, os portugueses começaram a enviar vários povos africanos como os bantos de Angola, Moçambique e Congo; Yoruba, Ewe, Mandinga do Sudão e da África Ocidental. Ao longo dos próximos 300 anos, mais de quatro milhões de africanos seguiram de maneira forçada para o Brasil. Esse tipo de negócio foi considerado um dos mais lucrativos do reino português.

No século XVI os africanos eram comprados na região subsaariana e enviados em barcos de propriedade de europeus, mas estes não estavam diretamente envolvidos na captura dos escravos, ou no comércio interafricano de cativos. Para os europeus bastava suprir a crescente demanda de escravos para as plantações nas colônias no Novo Mundo.

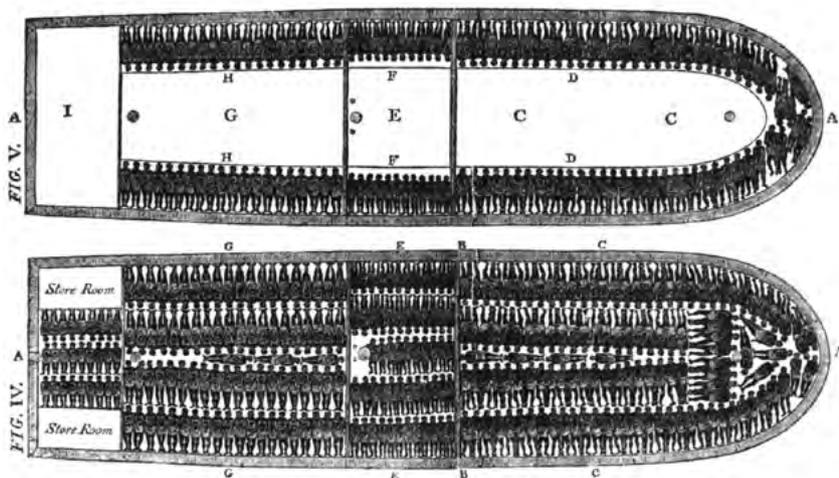
Aqueles que capturavam os escravos eram em sua maioria africanos negros, que conseguiam as suas “peças” em conflitos étnicos e tribais, ou mesmo em guerras de maior escala, e não era incomum trocar cati-

vos com outras tribos. Daí não houve maiores dificuldades em vendê-los para os brancos europeus no litoral.

Os navios de transporte de escravos, ou navios negreiros, eram terríveis. Acorrentados e deitados juntos, os escravos tiveram que dormir sobre suas próprias fezes durante toda a travessia, que podia demorar

semanas. A mortalidade a bordo era muito alta, mas as perdas resultantes pareciam aos traficantes de escravos menores do que os custos que teriam acarretado condições de transporte menos desumanas.

A travessia a bordo desses barcos negreiros, como ficaram conhecidos as naves que transportaram esse verdadeiro “gado



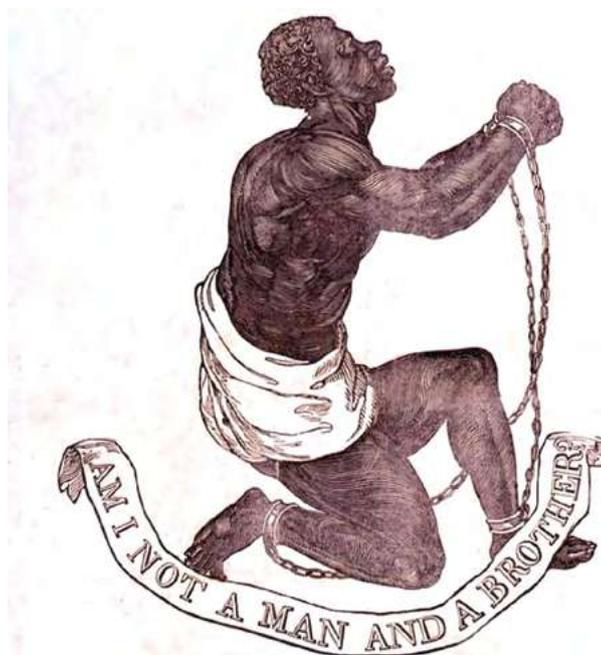
Como os cativos seguiam a bordo de barco negreiro



Comércio de escravos no Cais do Valongo, porto do Rio de Janeiro

humano” eram verdadeiramente dolorosas. Joseph Cliffe descreveu que quando os escravos chegavam ao Rio, ou à Bahia, se encontravam tão fracos que mal conseguiam andar e tinham de ser retirados dos barcos. Depois eles eram mantidos em barracões e ali alimentados, engordados e bem tratados antes da venda. Às vezes, eles eram mantidos até seis meses nesses acampamentos antes de serem vendidos.[4]

Pode parecer redundância, ou ironia, mas também ocorreram nesses barcos vários massacres e crimes em massa contra os escravos, como o chamado “Massacre do barco Zong”. Em 1781 este transporte negreiro britânico teve dificuldades na navegação e acabou desviando do curso para a região do Caribe. Como foram ficando sem mantimentos e água, a tripulação simplesmente jogou no mar cerca de 130 a 150 africanos. Inicialmente os fatos ocorridos no Zong não tiveram o mínimo eco no público britânico. Mas no médio prazo o caso começou a ser debatido e amplamente comentado, desenvolvendo um papel interessante na ascensão do abolicionismo naquele país. O caso do Zong então se tornou um símbolo da crueldade da escravidão. 59 anos depois da tragédia, William Turner, um dos precursores do modernismo na pintura, retratou o incidente em seu quadro *The Slave Ship*, que desde então se tornou um símbolo da causa abolicionista.



ABOLICIONISMO E PRESSÃO BRITÂNICA

Os opositores do tráfico de escravos se reuniram na Inglaterra desde 1787, fundaram uma sociedade para abolir a escravidão e foram chamados de abolicionistas. O movimento foi politicamente apoiado por William Wilberforce, que repetidamente levou a abolição do tráfico de escravos à votação na Câmara dos Comuns.

Wilberforce foi o pivô do que ficou conhecido como a “Seita Clapham”, um grupo de membros politicamente influentes da Igreja da Inglaterra, fundado pelo ex-capitão de navio negreiro e mais tarde ministro John Newton. Os chamados “Santos de Clapham” tornaram sua principal tarefa abolir todas as formas de escravidão e

o comércio de escravos.

A Revolução Francesa de 1789 ajudou a difundir ideias sobre direitos humanos e liberdades civis. As Guerras Revolucionárias Francesas (1792–1797), as Guerras Napoleônicas (até 1815) e a ocupação de algumas áreas pelas tropas francesas difundiram essas ideias para partes da Europa e além.

Depois que os britânicos encerraram seu próprio comércio de escravos com o “Slave Trade Act” de 24 de fevereiro de 1807, eles tiveram que fazer com que outros povos fizessem o mesmo, caso contrário, as colônias britânicas teriam uma desvantagem competitiva em comparação com as de ou-

tras nações.[5] Por exemplo, sob pressão britânica no Congresso de Viena em 1814 e 15, a escravidão foi proibida no artigo 118 da Lei do Congresso. Os Estados Unidos proibiram o comércio ao mesmo tempo que a Grã-Bretanha, assim como a Dinamarca. [6] Outros países como a Suécia aboliram a escravidão logo em seguida, seguidos dos Países Baixos, que nessa época era a terceira maior potência colonial, atrás apenas da Grã-Bretanha e da França.

Para a França, derrotada pelos britânicos nas guerras napoleônicas, não apenas foi exigido a proibição do comércio de escravos, mas também o policiamento dessa proibição. A Marinha Real Britânica passou a inspecionar e apreender todos os navios suspeitos que transportavam escravos, ou eram equipados para tais fins, até que em 1815 a França concordou formalmente em proibir o comércio de escravos. Mas vale frisar que, mesmo com essas ações, esse nefasto comércio só parou completamente na França em 1848.

Portugal e Espanha, antigas aliadas em dívida com a Grã-Bretanha após as Guerras Napoleônicas, só gradualmente concordaram em acabar com o comércio de escravos e após grandes pagamentos. Em 1853, o governo britânico pagou a Portugal mais de 3 milhões de libras e à Espanha mais de 1 milhão de libras para acabar com o tráfico de escravos.

E no Brasil, como foi?



A busca de escravos fugitivos foi um grande negócio para os rastreadores no período da escravidão no Brasil

ENCARANDO O IMPÉRIO BRITÂNICO

O Brasil não concordou em parar o tráfico de escravos, até porque tudo nessa atividade era muito lucrativo para quem participava. Exceção para os escravos.

Entre outubro de 1846 e setembro 1848, o iate *Andorinha*, de oitenta toneladas, pertencente a Joaquim Pereira Marinho, fez uma série de oito viagens, trazendo quase 4.000 escravos e ganhando £40.000 (quarenta mil libras esterlinas), tornando seu proprietário milionário. Para se ter uma ideia do que naquele tempo significava essa dinheirama, em 1850 o Reino da Dinamarca vendeu a Grã-Bretanha cin-

co assentamentos territoriais, com seus postos de comércio e fortes, todos localizados na Costa do Ouro, atual região de Gana, África. Em 31 de dezembro de 1849, foi assinado um tratado entregando a área e suas benfeitorias por apenas £10.000 (dez mil libras esterlinas). A venda também incluiu os canhões dos fortes.[7]

A Grã-Bretanha partiu então para um endurecimento diplomático contra o Brasil. Em 9 de agosto de 1845 foi criada a Lei Aberdeen, proposta pelo secretário de Relações Exteriores britânico Lord Aberdeen, que deu à Royal Navy autoridade para parar e revistar em alto

mar qualquer navio brasileiro suspeito de ser um navio negreiro e prender os traficantes de escravos capturados nesses navios. A Lei Aberdeen também estipulava que os comerciantes de escravos brasileiros presos, poderiam ser julgados em tribunais britânicos.

A lei foi projetada para suprimir o tráfico de escravos no Brasil, para tornar efetivas as leis brasileiras e a implementação do Tratado Britânico-Brasileiro de 1826, que tinha como objetivo acabar com o tráfico de escravos no Oceano Atlântico. O Império do Brasil havia assinado e ratificado esse acordo, mas não cumpriu.

Essa ação provocou indignação entre os brasileiros, onde foi vista como uma violação do livre mercado, da liberdade de navegação, como uma afronta à soberania e integridade territorial brasileiras, além de uma tentativa de impedir a ascensão do Brasil como potência mundial.

Os membros do Parlamento brasileiro debateram o assunto e praticamente todos foram contra a forma arrogante com que a Grã-Bretanha havia imposto suas leis ao Brasil e abominavam a ideia de ação britânica perto do nosso litoral. Até Joaquim Nabuco, o estadista que estava se tornando líder do movimento antiescravista brasileiro, descreveu o novo projeto de Lei Aberdeen como “um insulto à nossa dignidade como pessoas.”

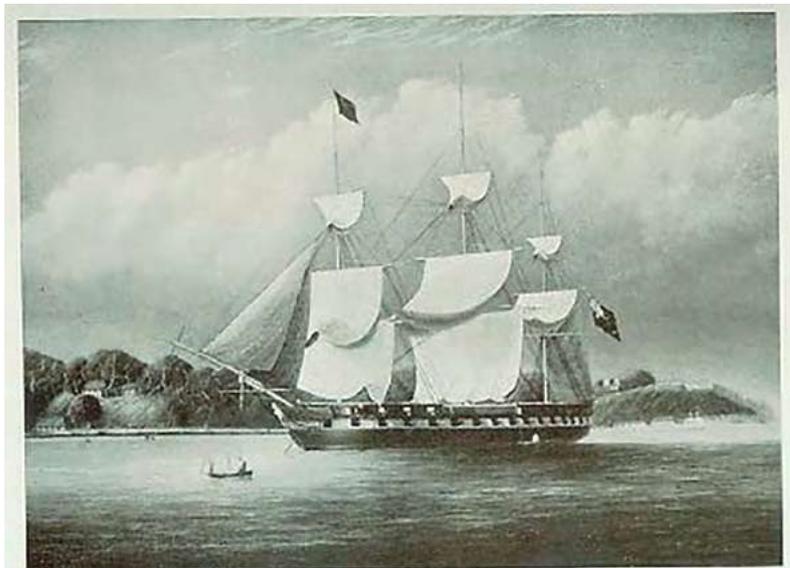
Independente dessas questões, a Marinha Real começou a interceptar traficantes de escravos brasileiros em alto mar e eles foram



Navio negreiro – Fonte – <http://criticallegalthinking.com/2014/05/22/slave-ship-embodies-whole-story-slavery/>



Escravos sendo surrados no Brasil, em pintura de Debret



Fragata britânica

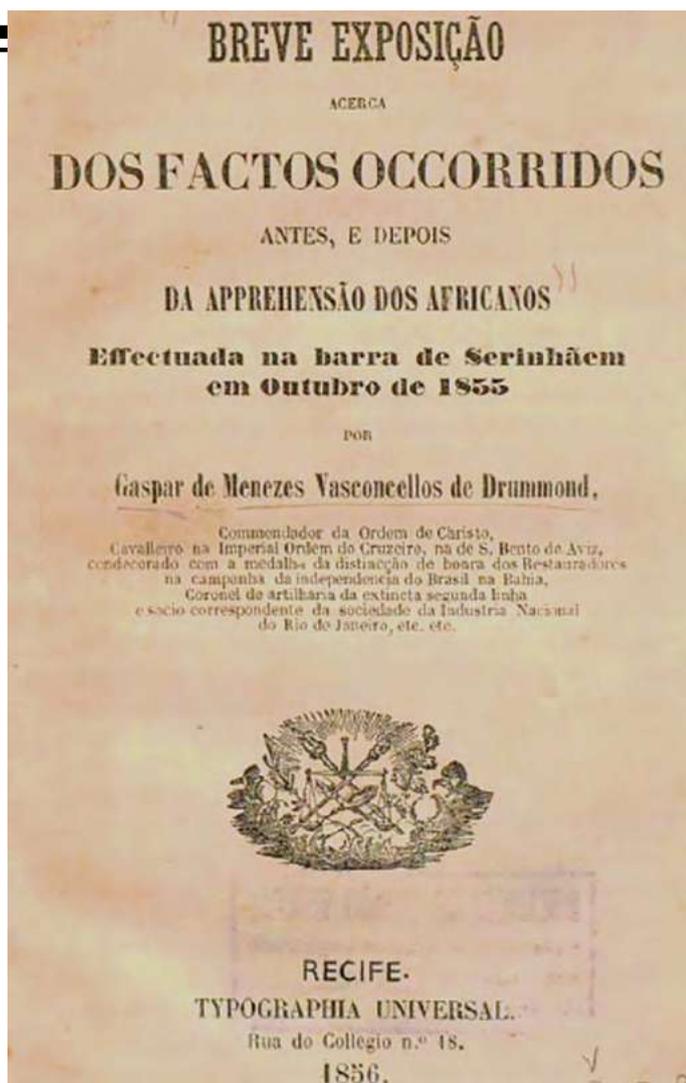
processados nos tribunais do almirantado britânico, principalmente na Ilha de Santa Helena, uma pequena massa de terra vulcânica no meio do Atlântico. Apesar da aplicação agressiva dessa lei, o volume do tráfico brasileiro de escravos aumentou no final da década de 1840 e as tensões continuaram crescendo constantemente.

Um punhado de navios de guerra britânicos começou a entrar em águas territoriais brasileiras para atacar navios negreiros até mesmo em nossos portos. Em junho de 1850 a nave de guerra britânica HMS *Cormorant*, após apreender três barcos brasileiros na Baía de Paranaguá, no Paraná, trocou tiros de canhão com os artilheiros da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e o barco inglês foi atingido. Houve um morto e dois feridos entre os estrangeiros e duas das naves apreendidas foram destruídas.

Diante dessas tensões, o Brasil sabia que não podia se dar ao luxo de entrar em guerra com a Grã-Bretanha. Além disso, crescia o sentimento popular contra o tráfico de escravos no Brasil. O governo brasileiro decidiu então acabar com esse negócio.

Um projeto de lei sobre o tema foi aprovado na Câmara de Deputados, no Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1850. Foi aceito pelo Senado e Dom Pedro II assinou. Consta que ele deu a canetada com grande satisfação e em 4 de setembro o projeto se tornou lei. Doravante, os navios negreiros brasileiros estavam sujeitos a apreensão, a importação de escravos para o Brasil foi declarada pirataria, todas as embarcações capturadas deveriam ser vendidas, e os rendimentos deveriam ser divididos entre os captores e informantes. Pela primeira vez essa nova legislação levou a uma verdadeira transformação.

E é nesse ponto da história que provavelmente Paulo Africano veio para o Brasil.



O NAVIO NEGREIRO DAS CRIANÇAS

Apesar do aperto contra os traficantes de carne humana, eles continuaram a operar clandestinamente pelos lucros envolvidos. Entretanto, por mais que esse tipo de atividade fosse o sonho de um dono de um barco negreiro, ninguém ficaria indiferente aos cerca de 40 canhões que naquela época normalmente equipavam uma fragata inglesa, além da possibilidade de prisão. O negócio então era utilizar de mil e um artifícios para enganar a marinha britânica ao chegar ao Brasil, tentando confundir sobre onde a sua carga seria desembarcada, fazendo uso inclusive de pequenos barcos que poderiam levar os escravos e entregá-los ao longo da costa brasileira.

Não sei com detalhes quantos barcos negreiros conseguiram passar pelas naves de guerra da Royal Navy e nem quantos foram apreendidos, mas sei quando acon-

teceu o último desembarque de africanos cativos no Brasil. Onde um dos que estavam a bordo poderia ser Paulo Africano.

Na noite de 11 de outubro de 1855, o capitão de um pequeno barco a vela do tipo Palhabote chamado Augusto Cezar de Mesquita apareceu no Engenho Trapiche, região de Sirinhaém. Esse engenho pertencia ao Coronel Gaspar Menezes de Vasconcellos Drummond, rico proprietário e figura muito poderosa na política pernambucana da época e que afirmou que até estava doente no momento do encontro. O tal Mesquita então anunciou que seu barco havia chegado no dia anterior de Angola, estava ancorado na ilha de Santo Aleixo, cerca de seis quilômetros de distância do engenho, defronte a barra do rio Sirinhaém, e explicou que trazia uma carga de africanos, cerca de 200 a 250 seres humanos, sendo umas 30 mulheres e o resto jovens e crianças...

Consta que Drummond recusou a carga de cativos, mas alegou que não tinha gente armada para prender a tripulação. Enquanto esperava ajuda, a tripulação fugiu, e dezenas de africanos foram levados pelos contratantes do barco, o coronel João Manoel de Barros Wanderley Lins e José Francisco de Accioli Lins, conhecido por “Cazumba”, proprietário de um engenho na região. O Coronel Drummond apreendeu os 165 africanos que ainda estavam na



Expediente do dia 16 de outubro.

Ofício—Ao chefe de polícia.—Neste momento recebo o incluso ofício, acompanhado de documentos, no qual o delegado de Serinhaém, participou-me que junto a ilha de Santo Aleixo fora apprehendido no dia 13 do corrente um palhabote com 162 Africanos buçaes; a vista do que trate V. S. de immediatamente expedir suas providencias a respeito, na forma da lei.

Dito—Ao commandante da estação naval.—Cumpro que V. S. sem perda de tempo faça sahir o brigue barca *Itamaracá*, indo V. S. a seu bordo, a fim de receber e conduzir para esta cidade um palhabote, que se achu junto a ilha de Santo Aleixo, assim como 162 Africanos, que estão sob a guarda do commandante do destacamento volante do Rio Formoso, e que foram apprehendidos por ordem do delegado de Serinhaém, com quem V. S. se entendera entregando-lhe o ofício incluso. De novo recomendo toda a brevidade.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao ofício de V. Exc. com data de hontem, em que me communicar o delegado de Serinhaem em data de 3 do corrente apprehendido junto a ilha de Santo Aleixo um biate com 162 africanos buçaes, sou a dizer que desde logo foram dadas as providencias a cargo desta repartição, a fim de serem conduzidos para esta capital os objectos alli apprehendidos; cumprindo-me acrescentar que o desembarque de africanos de que se trata he o de que V. Exc. fallou em seu ofício de 5 de julho ultimo, sendo que as providencias enlão dadas foram tão acertadas e proficuas, que deram o resultado desejado, qual a apprehensão ora feita pelo dito delegado.

praia, onde o barco estava fundeado. Mesquita, mal orientado, havia aportado no lugar errado e toda confusão começou. O caso gerou problemas para o Brasil junto aos britânicos, foi debatido no senado imperial, gerou polêmicas em Pernambuco e foi parar na justiça. Inclusive o próprio Coronel Gaspar Menezes de Vasconcellos Drummond escreveu um opúsculo sobre o caso, denominado “Breve exposição acerca dos factos occorridos antes e depois da apprehensão dos africanos, Effectuadas na barra de Serinhaém em Outubro de 1855”.

Sabemos que alguns dos participantes dessa situação em Sirinhaém no ano de 1855 foram condenados, inclusive os de sobrenomes nobres. Mas estes apelaram à justiça pernambucana da época e, tal como acontece agora, rapidamente foram todos absolvidos pela nobreza togada. A alegação foi falta de

provas. Um outro detalhe – O Dr. Manoel de Barros Wanderley Lins, Suplente de Juiz municipal do termo de Sirinhaém e Rio Formoso, era irmão do coronel João Manoel de Barros Wanderley Lins.[8]

Aparentemente o tal barco do tipo Palhabote que chegou à praia perto do Engenho Trapiche era algo tão medíocre, que nem sei se tinha um nome, pois nada ficou registrado. Sabemos que esse tipo de embarcação era um veleiro de dois, ou no máximo três mastros, tinham dimensões que iam de 30 a 80 metros de comprimento e uns 8 a 10 metros de largura. Eram normalmente estreitos na parte traseira (proa) e largos na frente (popa), sendo muito rápidos e associados a uma grande manobrabilidade. Eram conhecidos entre os britânicos como “Pilot boat” (barco do piloto) e eram utilizados principalmente na navegação de cabotagem.

Entretanto não podemos deixar de perceber uma terrível particularidade em relação a esse caso, que me incomodou de verdade ao ler esses relatos – O tal Mesquita e seus asseclas verdadeiramente “socaram” entre 200 a 250 pessoas naquela pequena embarcação. Por essa razão não é de se estranhar que ele trouxe basicamente jovens e crianças, pois assim cabiam mais “peças” para serem vendidas em Pernambuco.

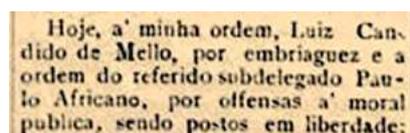
Mas enfim, Paulo Africano estava a bordo desse Palhaborde de Sirinhaém?

Sem maiores dados fica difícil corroborar essa questão. Mas se é verdadeira a informação em relação a sua chegada ao Brasil, que ele transmitiu aos seus contemporâneos e foi retransmitida a Câmara Cascudo, então na data do seu falecimento fazia quase 50 anos que ocorreu o desembarque em Sirinhaém. Vamos apenas imaginar que muitas daquelas crianças que desembarcaram do Palhaborde tinham uma média de dez anos de idade, então é inteiramente plausível que ele estivesse a bordo e, mesmo com todas as agruras da escravidão, 60 anos depois tenha falecido em Natal.

O problema sobre isso é que, conforme o leitor poderá ler mais adiante, ele nem tinha a menor ideia da data do seu nascimento.



Atual Rua Professor Fontes Galvão, antiga Rua Camboim – Fonte – Google Street View



E PAULO AFRICANO EM NATAL?

Nada sabemos sobre o andamento de sua vida, até o fim da escravidão. Tampouco temos dados de como e porque ele veio parar na capital potiguar. Mas uma coisa é certa, a sua passagem por aqui não ficou sem registros.

A informação mais antiga que encontrei sobre Paulo Africano também foi escrita por Luís da Câmara Cascudo. É um texto existente no extinto *Diário de Natal*, sobre a vida de um francês chamado Vitor Lafosse, que viveu em Natal entre o final do século XIX e início do XX e morou na Rua Camboim, atual Rua Professor Fontes Galvão, a mesma que se inicia defronte ao portão principal do Colégio Marista, no bairro do Tirol.

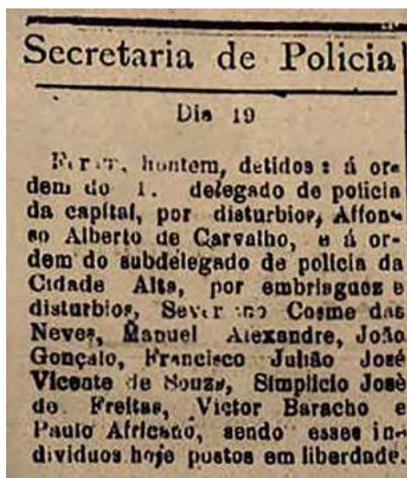
Foi através das informações de Francisco Artemio Coelho, que Cascudo soube que o francês morava nessa rua em 1882 e que teria sido o primeiro habitante do logradouro. Mas o próprio Cascudo contesta a informação de Coelho e afirma que “Antes disso, porém, lá residia Paulo Africano”. [9] Cascudo não aponta a fonte dessa informação e nem uma data de quando Paulo passou a morar nesse setor de Natal.

Existem outras informações sobre Paulo Africano e elas são notícias relacionadas ao Coco de Zambê, a prática de rituais religiosos de matriz africana e a atenção que a polícia de Natal tinha com Paulo Africano e suas atividades.

Em dezembro de 1897 ele foi preso por um dos subdelegados da cidade por “ofensas à moral pública”, mas no mesmo dia foi posto em liberdade junto com um cidadão de nome Luiz Cândido de Mello, este detido por embriaguez. A notícia de sua prisão não explica o que foram essas ofensas. Mas na “Collecção de Leis Proviceais do Rio Grande do Norte – Anno de 1884”, na sua página 42, é possível ler e compreender o que para a justiça potiguar daquela época significava essas “ofensas à moral pública”.

Em abril de 1902 Paulo Africano volta a se encontrar com a polícia e a justiça. Ele foi preso pelo subdelegado da Cidade Alta por “embriaguez e distúrbios”, junto com outros sete homens. Tal como na prisão anterior, a nota do jornal nada explica sobre a detenção e todos foram soltos no dia seguinte à prisão.

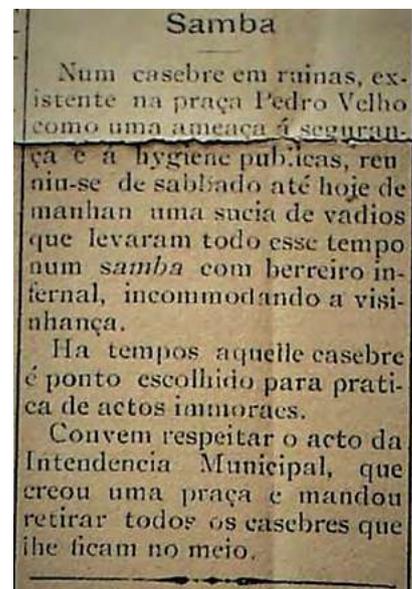
No ano seguinte uma nova prisão, dessa vez com muito mais detalhes – O jornal *A República* da época, órgão oficial do governo estadual, que neste período estava nas mãos de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, informou que na área da Praça Pedro Velho, então muito maior e mais aberta do que conhecemos atualmente, temos uma notícia sobre um “samba”. Na edição de 8 de julho de 1903 deste jornal, uma quarta feira, em uma das casas da região que era “um casebre



No ano seguinte uma nova detenção, dessa vez com muito mais detalhes

em ruínas” e “uma ameaça à segurança e higiene públicas”, se reuniu de “sábado até a manhã do dia 3 de julho”, uma “súcia de vadios”, que promoveram um “samba”, com “gritos infernais”. Afirma a nota que o problema não era novo e o local era utilizado para “Práticas imorais” e se esse “samba” tinha ligação com a prisão de Paulo Africano no ano anterior.

Uma coisa é certa, o termo “Samba” utilizado pelo jornal, não tinha nenhuma relação com o ritmo musical que tanto sucesso faz no carnaval do Rio de Janeiro. Nessa época esse termo utilizado era muito comum nas páginas deste periódico. Era como normalmente a elite natalense designava um lugar onde pessoas, normalmente pobres e negras, se divertiam na provinciana Natal do início do século XX. O tal “Samba” seria um baile de gente simples, equivalente a uma função, um pagode, arras-



ta-pé, ou um forrobodó.

A próxima notícia, infelizmente, foi a morte de Paulo Africano. Essa nota é a mais completa sobre a vida desse antigo escravo e conta interessantes detalhes. Trago a transcrição na íntegra, conforme foi noticiado no jornal *A República*, edição de 15 de abril de 1905, página dois.

“PAULO AFRICANO – Todos os habitantes desta capital, mesmo os mais velhos, conhecem por lhes haver feito as delícias do tempo de infancia, em que a meninada costumava andar à solta, o célebre Zambê, ou Puita dos campos do Camboim, que, um pouco decadente mas sempre feroz, veiu atravessando as edades até a epoca actual, apesar das advertencias da policia e dos protestos da visinhança que não apreciava aquellas matraqueações.

Como quer que seja, o Zambê de Mestre Paulo era uma das no-

tas curiosas desta capital, Não só pela gravidade com que rangia a puita e o ardor do sapateado, como pela figura interessante do Mestre Paulo, africano, cuja idade nem elle sabia. Tinha por profissão pescador, respeitado e cortez, porém valente como as próprias armas.

Mestre Paulo era um bom chefe de família e identificou-se tanto com seu Zambê, a ponto de fazer delle uma espécie de religião. Não compreendia a vida sem o Zambê. E de seu natural valente, nada subserviente, tinha posturas humildantes, a sua voz subia toda sua gamma de supplica, quando o ameaçavam de impedir seu divertimento.

Ao tocar puita, e a sapatear no solo zambêou a vida - durante 60, 70, 80, 90 annos, um seculo quem sabe? - até que no dia 12 do corrente, sereno e calmo como um justo, passou desta à melhor vida, vencido e derrotado no seu unico e terrivel combate com a morte."

É muito interessante ler no mesmo jornal oficialista, que várias vezes noticiou Paulo Africano como um "perturbador da ordem pública", uma interessante coluna à guisa de necrológico. Isso em um tempo onde nesse jornal era muito raro se escrever algo mais substancioso sobre um homem pobre, negro e ex-escravo que, como diz o texto acima "Não compreendia a vida sem o Zambê".

Luís da Câmara Cascudo em seu livro "Meleagro - Pesquisa



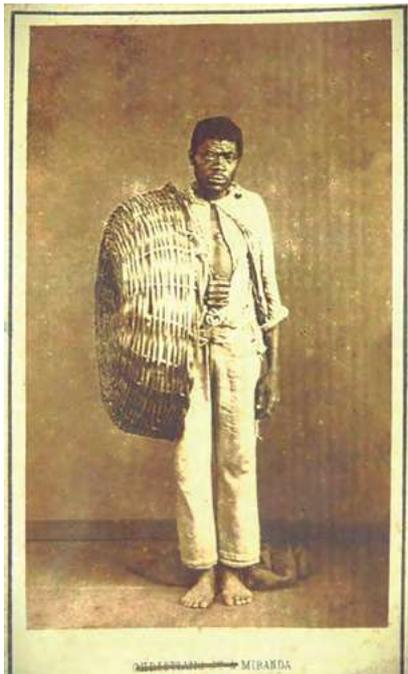
Quadro de Rugendas mostrando habitação de escravos – Fonte – <http://www.joseferreira.com.br/>

do Catimbó e notas da magia branca no Brasil" (2ª Edição, Editora Agir, Rio de Janeiro, 1978, pág. 91 e 92), complementou esse texto informando que as danças promovidas por Paulo Africano quase sempre ocorriam no sábado, onde o Mestre "roncava a puita a noite inteira". A puita é um instrumento musical de origem africana, feito de um tronco ou cilindro oco, tapado por uma pele num dos lados. Nessas mesmas páginas, Cascudo também registrou sobre as danças promovidas por Paulo Africano – "Mas dançava quem queria dançar, ricos e pobres, gente do comércio, estudantes, soldados, empregados públicos, brancos, pretos e cinzentos. Ninguém esqueceu, quarenta anos depois, o

zambê de Mestre Paulo".[10]

Já no livro "O Ritual Umbandista", de autoria de Renato Sérgio Santiago de Melo e publicado em 1973, encontramos uma interessante informação. Segundo o autor, através de informações conseguidas com a neta de Paulo Africano, Alzira de Oliveira, encontrada pelo pesquisador no início da década de 1970 e vivendo no Bairro de Lagoa Seca, seu avô tinha uma casa onde se dançava o mais puro Coco de Zambê. O seu nome cristão era Paulo José de Oliveira, sendo considerado "bem quisto" e "bom pai de família". O livro afirma que Paulo Africano havia se identificado tanto com o Coco de Zambê, a ponto de fazer desta manifestação cultural "uma espécie de religião".

Sérgio Santiago informa que



Escravo africano no Brasil na década de 1890

seu próprio sogro, Lupicínio Ramos, morador do Bairro da Ribeira, fazia questão de ir com alguns amigos, sempre aos sábados, para assistir o Zambê que acontecia na casa de Mestre Paulo.

Apesar do Coco de Zambê apresentado na casa de Paulo Africano ser tido pela sociedade local como uma festa, para esse autor ele era na verdade uma manifestação do sincretismo afro-brasileiro, distorcida pela ação policial que existia. Para o autor de “O Ritual Umbandista”, o Coco de Zambê era uma dança africana de significação religiosa. Esta tese foi originalmente proposta pelo médico alagoano e antropólogo Arthur Ramos de Araújo Pereira.

NOTAS

[1] FREYRE, Gilberto *Casa-Grande e Senzala*. 48ª Edição, São Paulo: Global Editora, 2003. Pág. 55.

[2] FREYRE, Gilberto *Casa-Grande e Senzala*. 48ª Edição, São Paulo: Global Editora, 2003. Pág. 33.

[3] FREYRE, Gilberto *Casa-Grande e Senzala*. 48ª Edição, São Paulo: Global Editora, 2003. Pág. 315.

[4] Depoimento de Joseph Cliffe. In CONRAD, Robert. *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*. Princeton, Princeton University Press, 1983, p. 34.

[5] Como é de conhecimento geral, na Grã-Bretanha existe a Câmara dos Comuns, como eles chamam a câmara baixa do parlamento, que, se não me engano, equivale no Brasil a nossa Câmara dos Deputados. Essa instituição parlamentar possui um site muito interessante, onde estão digitalizadas e transcritas milhares de páginas da atuação dos seus membros, dos debates e ação das comissões ali criadas, entre os anos de 1803 até 2005 (<https://api.parliament.uk/historic-hansard/index.html>). Esse material mostra através dos muitos debates sobre a questão da escravidão, do tráfico de escravos e da atuação da Marinha Real Britânica (Royal Navy) na repressão ao comércio humano entre a África e o Brasil, detalhes interessantíssimos sobre esse tema.

[6] Um naufrágio encontrado no início de 2019 no Rio Mobile, Alabama, Estados Unidos, mostrou que era a escuna Clotilda, que afundou em 1860. Naquela época, 110 mulheres, homens e crianças foram trazidos ilegalmente para Mobile em um veleiro desde Benin, na África Ocidental. Para encobrir o crime, o navio foi incendiado e, assim, afundado. A descoberta prova que o comércio de escravos continuou nos Estados Unidos após a proibição e fez surgir um extenso mercado negro de escravos que durou anos.

[7] Ver https://da.wikipedia.org/wiki/Den_danske_Guldkyst

[8] Sobre o desembarque de Sirinhaém ver CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CADENA, Paulo Henrique Fontes. *A política como “arte de matar a vergonha”: o desembarque de Sirinhaém em 1855 e os últimos anos do tráfico para o Brasil*. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 651-677, set/dez. 2019 Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v20n42/2237-101X-topoi-20-42-651.pdf>.

[9] Ver *Diário do Natal*, ed. 25/06/1962, segunda-feira, pág. 3.

[10] Câmara Cascudo comentou “quarenta anos depois”, porque a 1ª edição do livro *Meleagro* foi lançado em 1951.

NOITE DO ZEH

Por Flávia Freire

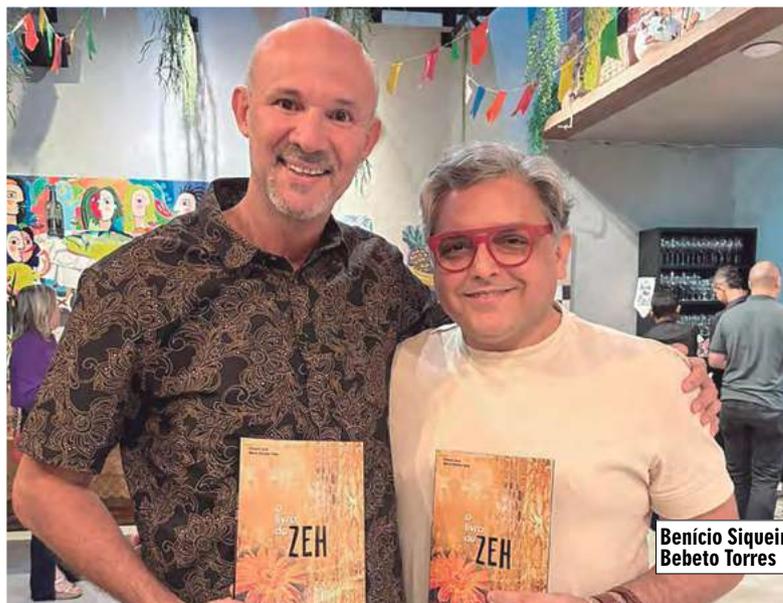
O lançamento do Livro do Zeh foi sucesso absoluto! O restaurante, que se tornou um dos destinos gastronômicos mais procurados em Natal, celebrou 5 anos em noite de abraços, sorrisos e sabores irresistíveis. Maria Cláudia e Eimard José receberam amigos, clientes, jornalistas e comunicadores que compartilham apreço e admiração pelos sabores do Zeh Cozinha. Ocasião com degustação de delícias de receitas do livro, como Maxixada, Bacalhau da Mama, Picadinho de carne de sol, Paçoca do Pedro, Salpicão do Zeh e o incrível Grude de Antônia.



Antônia Serafina (Grude da Antônia) – homenageada na noite e no livro



Maria Cláudia e Marina Lino



Benício Siqueira e Bebeto Torres



Jener Tinoco e a mãe Lydia Tinoco



Eimard José e Maria Cláudia Valle

CELEBRAÇÃO

Fotos: Paulo Lima - De Brasília

Na fazenda turística Jardins do Cerrado, no município goiano de Luziânia, os festejados casais Regina e Henrique Moreira, Fátima e Mauro Maffia, Ana Maria e Paulo de Castro pilotaram comemoração em torno do Mês das Mães e do São João com café da manhã e almoço.



Meyre Luce Neme, Aneris Alves e Vera Versiani



João Batista e Nivalda Barbosa, Rosa Rezende e Marlênio Oliveira



Ana Maria e Paulo de Castro, Fátima e Mauro Maffia, Regina e Henrique Moreira



Lindaura Vargas e Ângela Vilas Boas



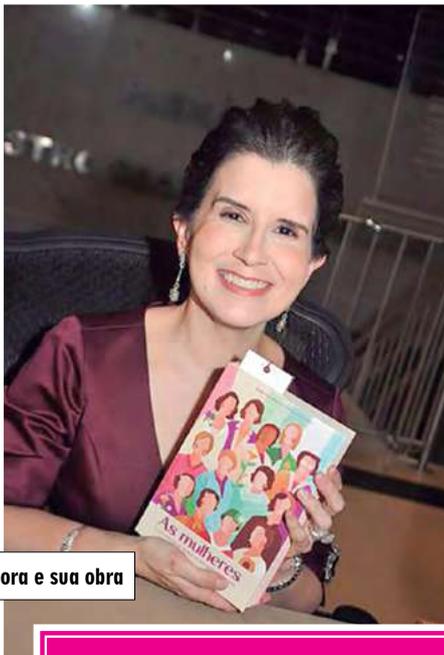
Marília Silva, Dariane Vale e Ana Maria Coelho



Osvelene Marquês, Cibele Zawadzki e Ingrid Fenselau



Adelaide Barroso, Alice Giffoni, Koia Bastos e Concita de Castro



A autora e sua obra



Adriana e Edson com o casal Anita e José Agripino Maia

LETRAS

Fotos: João Neto

No TRE em Natal, a juíza Adriana Magalhães autografou seu novo livro: “As Mulheres e os Espaços de Poder no Rio Grande do Norte”. Obra que reúne dados históricos da participação feminina nos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.



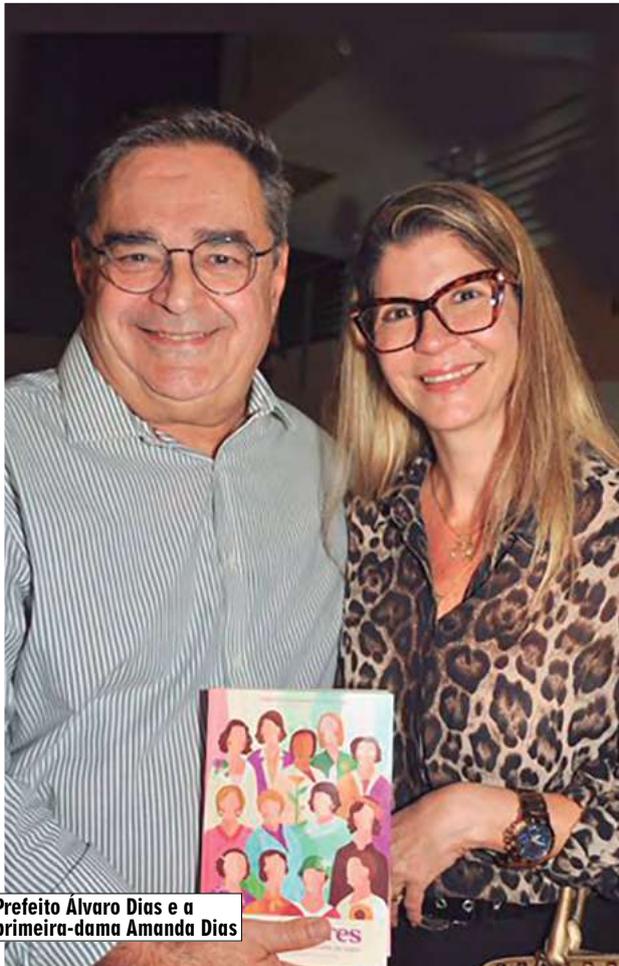
Laurita Arruda e Henrique Alves



O beijo do marido apaixonado Edson Faustino



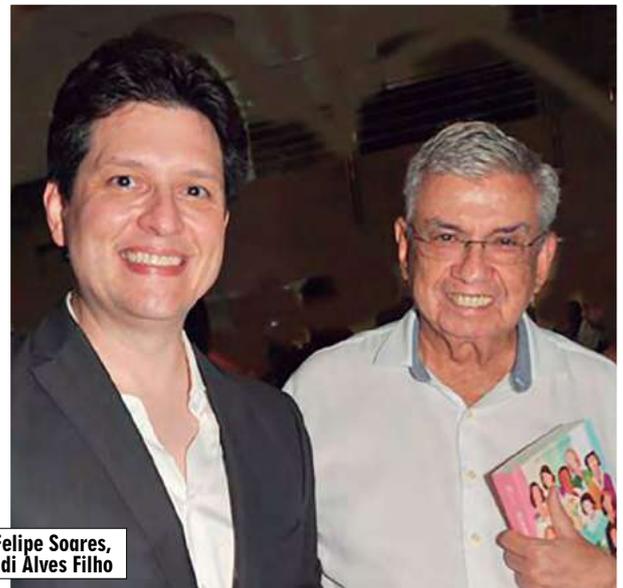
Ariell Guerra, que assina a arte da capa do livro; João Victor Faustino, desembargador Glauber Rêgo



Prefeito Álvaro Dias e a primeira-dama Amanda Dias



Com as queridas Ignês e Verônica Motta



Mário Felipe Soares, Garibaldi Alves Filho



Aldo Medeiros, presidente da OAB-RN



Deputada Cristiane Dantas, Rossana Fonseca, Claire Bazin



ALEXANDRE GARCIA

E A BZZZ EM LISBOA

A EDIÇÃO ANTERIOR DA REVISTA BZZZ TEVE UM LEITOR MUITO ESPECIAL EM LISBOA: O JORNALISTA BRASILEIRO ALEXANDRE GARCIA, QUE PASSAVA TEMPORADA NA CAPITAL PORTUGUESA

Defensor da tese do saudoso historiador português Lenine Pinto de que o Brasil foi descoberto a partir de Touros, no litoral norte do Rio Grande do Norte, Garcia se interessou pela entrevista que o historiador Rostand Medeiros, colaborador da Bzzz, fez com o engenheiro civil e pesquisador Manoel de Oliveira Cavalcanti Neto, que aprofundou os estudos sobre a descoberta do Brasil.

Alexandre Garcia gostou tanto do que leu que foi para o monumento Padrão dos Descobrimentos, em Belém, Lisboa, posou para foto e postou no seu perfil do Instagram, que soma mais de 2 milhões de seguidores, e escreveu: “Uma revista de Natal RN no quiosque em Lisboa! E trata do Descobrimento no Rio Grande do Norte, onde foi chantado um padrão como o do Marco dos descobrimentos”.

Um honra para nós. Alegria imensa. Para o WhatsApp da nossa editora, a jornalista Eliana Lima, ele, gentilmente, enviou uma foto.

Na entrevista, Manoel Neto fala sobre sua pesquisa em torno do descobrimento do Brasil no RN, que tem como fonte primária a Carta de Pero Vaz de Caminha e como fontes secundárias autores contemporâneos do descobrimento como Duarte Pacheco Pereira, Damião de Gois, João de Barros, Fernão Lopes Castanheda etc. Além de mapas como o de Cantino e de Juan de La Cosa. A partir daí, autores e cartógrafos são fontes terciárias, onde foram encontradas “muitas contradições, narrativas e injustiças”. A entrevista pode ser lida no site BZ-Noticias.com.br, onde estão publicadas as edições anteriores da Bzzz.